

FARSA NO ENSINO

Descoberta fábrica de diplomas

ANDRESSA CARDOSO - 24/06/2010

Operação da Federal investiga quadrilhas em vários estados. Empresa na Serra teve computadores apreendidos

Anna Beatriz Brito

A Polícia Federal (PF) apreendeu documentos ontem em uma instituição de ensino a distância da Serra, acusada de emitir diplomas falsos.

A operação nomeada Formatura foi realizada pela Polícia Federal do Mato Grosso do Sul.

Além do Espírito Santo, também foram realizadas apreensões em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Ao todo, foram 59 mandados.

De acordo com a PF, o objetivo é desfazer uma quadrilha que estaria atuando nessas regiões como instituições de ensino que promovem cursos a distância.

Esses centros não funcionariam conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), com a produção de certificados de conclusão do ensino médio e fundamental e diplomas falsos.

A PF, por meio da assessoria de imprensa, não divulgou o nome da instituição de ensino localizada na Serra. O motivo alegado é que pessoas de boa-fé poderiam estar envolvidas.

Além disso, segundo a PF, não foi realizada nenhuma prisão no Estado, apenas apreensão de documentos, como certificados, históricos escolares, documentos pessoais, HDs e computadores.

As provas serão encaminhadas para análise do Setor de Perícias Criminais da Polícia Federal em Campo Grande e se juntarão a outras provas que a PF afirma já ter. Com o material, o delegado fará um relatório e o encaminhará para a Justiça.

As investigações foram iniciadas em 2008 devido a uma denúncia recebida, via internet, pela PF de Campo Grande. A partir daí, foi instaurado inquérito para apurar as irregularidades.

CONSELHO

O presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), Artelírio Bolsanello, afirmou ontem não ter conhecimento da operação.

Bolsanello disse que no início do mês uma nova resolução foi aprovada para regulamentar o ensino a distância. Agora, todos os cursos deverão pedir autorização ao Conselho.



DELEGADO ANDRÉ CUNHA finaliza até a semana que vem um inquérito sobre venda de diplomas a 6 mil pessoas

Alunos poderão perder até emprego

Alunos que agiram de má-fé para obter certificados falsos poderão perder vaga na faculdade ou trabalho, segundo o delegado André Cunha, titular da Delegacia de Jardim Camburi, em Vitória.

A Polícia Civil do Estado está investigando um esquema de venda de diplomas de supletivo, com suspeita de já ter emitido mais de 6 mil certificados. A previsão é que o inquérito seja concluído na semana que vem.

“Os alunos poderão responder por uso de documento falso, se for devidamente comprovada a responsabilidade. A instituição de ensino terá de abrir um procedimento administrativo e, se comprovado, é possível que haja o cancelamento da vaga”, afirmou.

Além disso, Cunha avalia que funcionários de instituições públicas que se beneficiaram dos certificados falsos poderão responder a processos administrativos, criminais e até mesmo perder as funções.

Conforme apurado no inquérito, o esquema dava aos alunos garantias para a aprovação. Entre as fa-

cilidades estava consultar as apostilas durante as provas ou assinar o gabarito, que depois era preenchido por outras pessoas.

Segundo Cunha, os trabalhos de investigação já estão quase todos concluídos, e a previsão é de incriminar cerca de 15 pessoas, entre elas, o proprietário de um cursinho preparatório com 12 locais de captação de pessoas interessadas em certificados.

Foram identificados seis cursos preparatórios funcionando irregularmente, sendo que quatro estão em atividade no Estado.

Os valores dos diplomas eram de R\$ 450 (ensino fundamental) e R\$ 680 (ensino médio), à vista. Em caso de parcelamento, saíam por 12 vezes de R\$ 135.

“Os alunos poderão responder por uso de documento falso, se for devidamente comprovada a responsabilidade”

André Cunha, delegado

ENTENDA O CASO

Ação em mais seis estados

OPERAÇÃO FORMATURA

> **TEVE INÍCIO** ontem a Operação Formatura pela Polícia Federal do Mato Grosso do Sul, com apreensão de documentos em um centro de ensino localizado na Serra.

> **A AÇÃO** também foi realizada nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

> **O OBJETIVO** é desfazer uma quadrilha que estaria atuando nessas regiões como instituições de ensino

que promovem cursos a distância e produzem certificados de conclusão do ensino médio e fundamental.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

> **ATÉ MAIO** deste ano, escolas de ensino a distância não precisavam ser credenciadas no CEE. Mas, no início do mês, foi aprovada uma resolução que passou a exigir a licença.

Fonte: PF e o presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), Artelírio Bolsanello.